

ditat. Disse estar trabalhando no sentido de responsabilizar o Banco do Brasil, porque no seu entendimento o mínimo que poderia ser aventado seria uma propaganda enganosa, na medida em que os talonários de Pequenos e Médios tinham a chancela do Banco do Brasil, da mesma maneira do do Fidejo onde funcionava a Cooperativa de Crédito, e assim, poderia violar a garantia do Banco do Brasil para o bom funcionamento do pequeno. Convocou a todos os Vereadores para que participassem da Reunião, observando que seria uma audiência aberta para a imprensa e também a imprensa, no que encerrou sua fala. Não havendo mais dúvidas para o uso da Tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente, em exercício encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para certificar, mandou que se lavasse a presente Ata, que depois de lida, submetida à aprovação, aprovada, foi assinada para que produza seus efeitos legais.

Ata da décima Oitava Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio realizada no dia (10) dez de outubro do ano de (1995) mil novecentos e noventa e cinco.

Às dez e meia horas do dia (10) dez de outubro do ano de (1995) mil novecentos e noventa e cinco, sob a Presidência do Vereador Aurélio Silva da Rocha e com a participação do Primeiro Secretário pelo Vereador Luiz Antônio de Nello Cabas, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além disso responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Alfredo Ruiz da Rocha Barreto, Antônio Carlos Pereira da Cunha, Carlos Roberto Nogueira dos Santos, Dirlei Pereira da Silva, Edvardo Pereira Kato, Joaquim Schmidt, Manoel do Anjo Mendes, Milton Roberto Pereira de Souza, Nilando da Silva Pereira, Silas Rodrigues Pinto e Waldemar

Luiz

rião de Aquino Neto. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu
na abito o presente Assunto em nome de Deus. A seguir, lido e aprovada
Ata do Décimo Sétimo Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo. A se-
guir, o Senhor Presidente após o cumprimento do rito regimental, solicitou ao
Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente que consiste do seguinte: Pro-
jeto de Lei nº 035/95 - Remoção nº 014/95, assunto: Estima a Receita e Pre-
ço do Município de Lagoa Grande para o exercício financeiro de 1996, Pro-
jeto de Lei nº 036/95 - Remoção nº 018/95, assunto: Estima a Receita e Pre-
ço do Município Municipal de Investimentos para o biênio de 1996, 1997 e 1998,
Projeto de Lei nº 038/95 de autoria do Vereador Alfredo Luiz da Rocha Barros,
assunto: Fica assegurado aos profissionais da Educação da Rede Pública Muni-
cipal, o reembolso referente aos dias descontados no período de 20 à 24 de
março de 1995, Projeto de Resolução nº 039/95 de autoria do Vereador Milton
do Silva Pereira, assunto: Pontuar título de Cidadão Substituto ao Senhor
Forge Alberto Guimarães Castro, Emenda Substitutiva nº 019/95 de autoria do Ver-
eador Alfredo Luiz da Rocha Barros, assunto: Dispõe sobre Emenda Substitutiva ao
Artigo 86 da L.O.M., Requerimento nº 106/95 de autoria do Vereador Alfredo
Luiz da Rocha Barros, assunto: Dispõe sobre outorga de Medalha de Apoio à
Pátria encaminhada pelos trabalhadores da UERJ ao Governador do Estado. In-
minada a leitura do Expediente, não havendo Obedientes inscritos para o uso
da tribuna, o Senhor Presidente transportou os trabalhos para a Ordem do Dia.
Nesta etapa foram aprovadas os seguintes matérias: Encaminhado a Comissão
de Finanças, Orçamento, Alienação os seguintes Projetos: Projeto de Lei nº 035/95-
Remoção nº 014/95 e Projeto de Lei nº 036/95 - Remoção nº 018/95. Encaminha-
dos a Comissão de Constituição e Justiça os seguintes Projetos: Projeto de Lei nº
038/95, 039/95, Emenda Substitutiva nº 019/95 Aprobado Requerimento nº 106/95
Aprovado parecer favorável da Comissão de Educação Social aos seguintes Projetos:
Projeto de Lei nº 040/95, 018/95, 019/95 e 020/95. A seguir, o Senhor Presidente
diz que não colocar em votação parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e
Alienação os resp. parecer favorável da referida Comissão ao Projeto de Lei nº 028/
95 - Remoção nº 013/95, mas em função das emendas apresentadas ao Pro-
jeto de Lei nº 028/95 - Remoção nº 013/95, o Presidente não Encaminhar o Projeto
de Lei nº 028/95 - Remoção nº 013/95 para a Comissão de Constituição e Justiça
com os seguintes Emendas: Emenda Aditiva nº 028/95, Emenda Aditiva nº 029/95

Emenda Substituição nº 012/95, Emenda Substituição nº 013/95, Emenda Substituição nº 014/95, Emenda Substituição nº 015/95, Emenda Substituição nº 016/95, Emenda Substituição nº 017/95, Emenda Substituição nº 018/95. Apresentado parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça nos seguintes projetos: Projeto de Resolução nº 035/95 e 036/95. Terminado a Ordem do Dia, o Senhor Presidente franqueou o Tribuna para Explicação Geral, ocupou o Tribuna em Explicação Geral, o Vereador Luiz Antônio de Rêllo Sobos, relatando que no sexta-feira, dia seis de outubro, havia presenciado, precisamente às dez e meia horas e quarenta e cinco minutos, no PV de Cabo Frio, onde foi levar um amigo, uma criança com três anos de idade, de nome Sabrina Gomes Ferreira, residente na Lagoa apresentando problemas por ter engolido uma moeda. Disse que a criança já estava comatando, com falta de ar, e o médico Dr. Cláudio Vargas tentava várias vezes transferir a criança do Posto de Virgínia para o Hospital Santa Isabel. Disse quando no relato, disse que ouviu o fato sem se identificar de imediato, o que fez após, e que várias vezes o Hospital Santa Isabel respondeu que não tinha espaço para receber a criança. Disse que o Hospital informava posteriormente que um dos médicos que podia atender a criança estava operando e o Dr. Lurdís, médico plantonista no Hospital Santa Isabel, informava que havia lido do parto o Dr. Paulo Pizar e o mesmo respondeu que não iria ao Hospital para fazer o atendimento. Disse o Vereador Luiz Antônio de Rêllo Sobos que diante de tal quadro no Posto de Virgínia havia realmente perdido as "chaves", vindo ao Hospital Santa Isabel, indagou da Dr. Lurdís e que estava acontecendo, tendo se identificado também como integrante do Conselho Municipal de Saúde, quanto o Hospital Santa Isabel ter um convênio com o SUS. Ainda com relação a situação da criança, disse que na gravidade da situação os pais se dispuseram a pagar oitenta reais para que a moeda fosse extraída na Clínica Santa Helena, onde foi salva. Disse o Vereador Luiz Antônio de Rêllo Sobos que a Dr. Lurdís respondeu que nada podia fazer, e assim, enfatizou o orador, que a criança sobrevive aguardando por retorno da refeição médica pedindo atendimento, visto a incompetência demonstrada, observando que tal médica deveria estar num emprego, ou numa funerária. Disse que mais tarde havia se dirigido a Clínica Santa Helena e Sabrina já havia expelido a moeda, e, tomara conhecimento que pela segunda vez a Clínica Santa Helena pagou tal tipo de atendimento sem nada cobrar, o que era digno de registro, pois não mantinha com

10

vinho com o SUS. Deixou registrado seu repúdio a Dr. Lurdes, e já manteve contato com o Dr. Marcos Mendes, pois o Hospital tinha em seu círculo médico pessoas de bom e com certeza a Diretoria do Hospital não sabia de tal fato. Chamou a atenção dos Vereadores, pois alguém passasse mal, caísse no plantão da Dr. Lurdes poderia até falecer. Comunicou que a partir do dia 09 de outubro, o Senhor Prefeito Municipal determinara o início novamente das obras de saneamento no Bairro Jacaré, com manilhamento da Rua do Lomar, e posteriormente se chegaria a primeira transversal. Disse que o Sr. Prefeito não fizera nenhum estardalhaço, não pregara cartazes em postes, em qualquer tipo de compartimento que era típico dos que só sabiam fazer oposição, mas nada construíam de fato. Salvou de sua confiança no Prefeito, e que até o final do seu mandato todos os Bairros do Município seriam atendidos com obras. A seguir, o Senhor Presidente sugeriu ao Vereador Luiz Antônio de Rêllo Cabas, que em relação ao primeiro assunto do seu discurso o fazesse por escrito para que o Presidente pudesse fazer o encaminhamento para a Comissão de Direitos Humanos para as devidas providências. O Sr. Cabas, chamou a Tribuna em Explicação Pessoal, o Vereador Luiz Pereira da Silva, falando inicialmente sobre a denúncia formulada pelo Vereador Luiz Antônio de Rêllo Cabas, com relação a menina Cabrina, considerando que o fato era conhecido por todos e idêntico a tantos outros casos que ocorriam no Município com relação a crianças de atendimento médico adequado. Com relação ao comentário do Vereador Luiz Antônio de Rêllo Cabas de que o Prefeito inaugurava obras sem "estardalhaço", disse que o Executivo inaugurava com muita publicidade, o Hospital Municipal São José Operário, e ao que parece não estava funcionando, visto estar localizado exatamente ao lado do Posto de Urgência, a família da menina Cabrina ficou obrigada a recorrer a Clínica Santa Helena. Disse que realmente a denúncia deveria ser encaminhada, como sugeriu o Senhor Presidente, a Comissão de Direitos Humanos, e, sugeriu que também fosse enviada à Comissão de Defesa do Consumidor e, entendeu que a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde era total. Disse não admitir que um ser humano fosse tratado de tal forma, quando o Município inaugurava recentemente um Hospital com pompas e estardalhaço. Lembrou que quando em Campanha o Sr. Prefeito disse que faria em São José um Hospital idêntico ao São José do Arari, instituição padião e, localizado no Município de Itaperuna, mas devido ao que

os três anos a realidade era outra, como acabou de denunciar o Vereador Luiz Antônio de Barros Sobos. Disse que tais fatos de desrespeito ao ser humano se repetem no caso do Sítio em Cabo São e que a culpa era do Senhor Diretor Municipal e do Secretário Municipal de Saúde. Em seguida, disse ter ouvido rumores em relação a discussões do ponto de contratação e pagamento em Cabo São, de que tais discussões tinham tendências para a classe patronal. Disse ter denúncia grave e que deveria ser apurado visto que, e, não apresentar documento através da Casa para que os que se sentem prejudicados pudessem se dirigir aos Senhores Vereadores. Enfatizou que tais denúncias contra a Junta de Contratação e Pagamento, não partem de pessoas irresponsáveis, mas de advogados e pessoas de bem que o haviam procurado e agora enunciou sua fala. O requer, compare a Tribuna em Explicação Pessoal o Vereador Carlos Roberto Paganini dos Santos, frisando que até por sua própria proposta não tinha como deixar de fazer uso do palavra visto a denúncia do Vereador Luiz Antônio de Barros Sobos e considerações posteriores do Vereador Wltoni Pereira da Silva. Destacou que a questão da Saúde no Município, como do resto no Brasil, era realmente problemática e não se podia pegar fatos isolados para analisar a Saúde num todo no Município. Disse que tal assunto passava pelo problema do profissional, pelo seu caráter, pelo modelo das Empresas de Saúde ao serviço público, ou seja, por considerações bem mais profundas do que a análise de um único caso. Com relação ao fato é preciso de uma análise que inquiriu uma coisa e não fora atendida pelo Hospital Santa Isabel disse: Primeiro vamos voltar ao Hospital São José Apuriano. Principalmente se acho hoje, o Hospital modelo da Região dos Lagos, se que não é Hospital qual ainda existem emergências especializadas por exemplo, dependendo de onde está essa emergência na laringe do paciente, depende de uma emergência especializada, de profissional especializado. O Hospital São José Apuriano optou por esta via e algumas outras emergências mais eletivas e, está montando sua Clínica Emergência. Então não se pode transformar um Hospital de quarenta leitos em Hospital São José do Arari, que tem duzentos e quarenta leitos. Então, as coisas acontecem mais devagar. O que acho grave na denúncia do Vereador Luiz Antônio de Barros Sobos, e talvez o Vereador Wltoni Pereira da Silva não tenha atentado e realmente a Omissão do Hospital Santa Isabel. Ou não se se existe por parte do corpo clínico, ou de alguns interessados no corpo clínico do Hospital Santa Isabel, um modelo a este Hospital, ao serviço público de Saúde. A gente

207

sabe claramente que hoje o Hospital Santa Isabel é um Hospital compartimentalizado, não é mais um Hospital da Simandade de Santa Isabel. Ali dentro tem compartimentos de ortopedia, de cardiologia, de maternidade com seus respectivos donos. E hoje em dia o Hospital Santa Isabel, a gente está sabendo, a Direção do Hospital Santa Isabel está solicitando ajuda financeira a Prefeitura de Cabo Frio. Eu não sou contra, absolutamente, falando-se de um Hospital filantrópico, o que ele tem que dar provas de que é realmente filantrópico, tem que prestar contas ao Município de como vão ser aplicados os recursos. Acho que o Hospital Santa Isabel tem que ser tratado com muito carinho pelos dirigentes de nossa cidade, sempre foi Hospital referencial do nosso Município, é o Hospital de referência da Região dos Lagos. Agora, nós que temos a responsabilidade pelo serviço público, nós Vereadores, Prefeito, Secretários, nós queremos ver os Balanços do Hospital Santa Isabel, como são feitas as Clínicas particulares que abrem dentro do Hospital Santa Isabel. Então acho que a crítica em relação ao funcionamento do São João Operário não procede porque ainda está em desenvolvimento, em relação ao Hospital Santa Isabel acho que a denúncia deve ser levada a Comissão de Direitos Humanos e também a Secretaria Municipal de Saúde, ao Conselho Municipal de Saúde. Muito obrigado. Perguntando na direção dos trabalhos, disse o Senhor Presidente que de acordo com autorização Anuária, o Simão receberia no dia 17 de outubro o Coronel Araújo, Comandante do 2º Batalhão da Polícia Militar, para prestar esclarecimentos sobre requisição no Município. Com relação ao Oramento do Município para o ano de 1996, disse ter recebido o "disquete" e estavam sendo providenciados espelhos para os Senhores Vereadores, de acordo com a legislação. O requer, disse o Senhor Presidente Gyr Silva da Rocha, que do mínimo, dia 15 de outubro era dedicado ao Professor, e, não haveria sessão no dia doze devido ao feriado e assim preparava uma saudade em nome da Câmara Municipal procedendo a requer a sua leitura: "Ao Professor: Aulas raras me levam a empimentá-lo no seu dia. Entre elas minha condieção de folheto, com a perfeita consciência do valor da categoria, e o destacado relevo do Professor como instrumento de ação Democrática de sacrifícios por que passam os Professores, também são razões mais do que suficientes para demonstrar o meu respeito e profunda admiração. Hoje, como no

passado, todos estão em minha memória, as imagens de amor, carinho e
 emoção pelos alunos. São símbolos e exemplos, honrando vidas, forjando
 do gerados, com bondade, dedicação e alegria no alma. No entanto, não po-
 demos esquecer o momento difícil que vivemos, reconhecendo ser verdade, que
 estamos atados no dever de educar à disposição do Professorado, o exem-
 plo de outras categorias, condições ideais para o exercício da profissão. A tal
 situação nasce nossa angústia, que não é só dos que clamam por justiça so-
 larial, mas também do Poder Público premido pelo sentimento de mudança
 e erradicação das rotinas anacrônicas. Aos do que nunca é necessário a ou-
 sadia para resistir ao pessimismo e resgatar a importância do Professor, pa-
 servando a Nação Brasileira, edificando o seu progresso e a paz social. Assim
 vejo o Professor, como o resiliência permanente, a cada dia, a cada aula
 reacendendo as luzes da esperança, reafirmando a liberdade e se impõe
 pela extraordinária força do ideal. Lembrando o poeta, "O Professor ensina
 e preenche no homem o dourado infante da educação". Nada mais havendo
 a falar, o Senhor Presidente encerrou a presente sessão em nome de Deus.

É para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lido, subme-
 tida e aprovada em sessão pública, aprovada, será assinada para que produza seus ef-
 los legais.

Assinatura
~~Assinatura~~
~~Assinatura~~

Ato do Senhor João Carlos An-
 drade do Segundo Período Legislativo
 da Câmara Municipal de Cabo Frio
 realizado no dia (17) dezessete de
 outubro do ano de (1995) mil nove-
 centos e noventa e cinco.

Aos dezessete horas do dia (17) dez-
 zete de outubro do ano de (1995) mil novecentos e noventa e cinco, sob a
 Presidência do Vereador Luiz Silva da Rocha e com a Despoção da Primeira Se-
 cretaria pelo Vereador Luiz Antônio de Abreu Lemos, reuniu-se Ordinariamente a
 Câmara Municipal de Cabo Frio. Após leitura, responderam e chamada nominal-
 mente os seguintes Vereadores: Adailton Pinto de Andrade, Luiz César de Albuquerque, Antônio